

## **Direito e imaginação: a dimensão prospectiva para a proteção dos direitos humanos**

### **Law and imagination: The prospective dimension for the protection of human rights**

**Milena Petters Melo<sup>1</sup>**

Fundação Universidade Regional de Blumenau, Brasil  
mpettersmelo@gmail.com

**Thiago Rafael Burckhart<sup>2</sup>**

Fundação Universidade Regional de Blumenau, Brasil  
thiago.burckhart@outlook.com

#### **Resumo**

A imaginação pode ser entendida como uma potencialidade constitutiva dos seres humanos, enquanto seres conscientes e sujeitos cognoscentes. Em razão disso, a imaginação possui uma profunda relação com o direito, sobretudo no que tange à sua dimensão prospectiva. Diante da complexidade do contexto hodierno, somente a partir da imaginação será possível superar os grandes e inusitados desafios que se colocam no plano jurídico, social, político e cultural, para a proteção dos direitos humanos. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar a subestimada relação entre direito e a imaginação na modernidade, a partir de uma abordagem dialógica destes fenômenos. Para tanto, o artigo divide-se em três tópicos: (i) Sobre a imaginação e conhecimento; (ii) A razão jurídica na modernidade; (iii) As relações entre direito e imaginação.

**Palavras-chave:** direito, imaginação, modernidade, conhecimento, direito humanos.

#### **Abstract**

Imagination can be defined as a constitutive characteristic of human beings, among human cognitive faculties and potentialities. Consequently, imagination has a deep connection with law (juridical science and rights), specially regarding its prospective dimension. Actually, only by using imagination will it be possible to overcome the

<sup>1</sup> Fundação Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Jurídicas. Rua Antonio da Veiga, 140, Bloco B, Bairro Victor Konder, 89012-900, Blumenau, SC, Brasil. Professora e Coordenadora para a área lusófona do Centro Didático Euro-Americano sobre Políticas Constitucionais (CEDEUAM).

<sup>2</sup> Fundação Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Jurídicas. Rua Antonio da Veiga, 140, Bloco B, Bairro Victor Konder, 89012-900, Blumenau, SC, Brasil.

huge social, political, cultural and juridical challenges for the protection of human rights in the complex contemporary context. In this sense, this paper aims to analyze the underestimated connection between imagination, law and rights, proposing a dialogical approach to these subjects. Therefore, the article is divided in three topics: (i) Imagination and knowledge; (ii) Juridical reason in modernity; (iii) The connections between law and imagination.

**Keywords:** law, imagination, modernity, knowledge, human rights.

## Introdução

A imaginação pode ser entendida como uma dimensão da consciência que se relaciona com o ausente e com o inexistente, sendo capaz de produzir aquilo que materialmente ainda é irreal (Chauí, 1995, p. 133). Dessa forma, a imaginação se desenvolve tanto a partir de elementos subjetivos quanto objetivos, de modo que o mundo exterior pode ser o impulsionador da consciência imaginativa, ou seja, quando algo deixa simplesmente de ser para si e torna-se ser em si, não necessariamente existindo como coisa, mas como imagem (Sartre, 2008).

Nesse sentido, Sartre (2008) afirma que a imaginação ou o conhecimento da imagem vem do entendimento; é o entendimento que, aplicado à impressão material produzida mentalmente, cria a consciência da imagem. Essa consciência atua no despertar de ideias, ideais, anseios e desejos no indivíduo e na sociedade, alimentando utopias e, portanto, ações na esfera da vida concreta. Assim, a imaginação possui uma função prospectiva, na medida em que consegue dar as bases para inventar o futuro, nos mais diversos campos da existência.

O direito moderno, que nasceu a partir do iluminismo europeu, projetou-se em um primeiro sentido como proposta de racionalização tanto do poder político-estatal quanto da dinâmica social. O movimento do positivismo no direito foi o auge desta “vontade de racionalização” nas diversas áreas do direito “posto”. Na trilha da tendência que ganhava corpo nas ciências sociais, que passaram a ter por objeto única e somente fatos e sua análise como “coisa”, sem interferências externas, como afirmava Durkheim (2011), a ciência jurídica foi também imunizada das influências externas pelo positivismo em prol de uma “Teoria Pura do Direito”, que encontrou em Kelsen (2009) o seu autor de referência. Analisando este contexto, Santos observa que o direito, ao longo da modernidade, se dimensionou numa espécie de razão indolente, incapaz de analisar sua com-

plexidade e calcado em um pensamento abissal (Santos, 2002), dualista e organizado a partir de dicotomias.

Em outra perspectiva, entretanto, o direito moderno se projetou como a positivação de uma série de anseios sociais, que somente foi possível a partir do diálogo profícuo com a dimensão subjetiva do ser, ou seja, também com a sua imaginação. A positivação dos direitos humanos e a sua expansão, qual projeção jurídica do reconhecimento de novos movimentos sociais, novos direitos e novos sujeitos de direitos, relacionada com a produção de normas voltadas para a proteção da vida nas suas diferentes dimensões e manifestações, pode ser compreendida neste contexto. E, nesse sentido, a dimensão prospectiva do direito e da imaginação cumpre um papel fundamental, tanto para a afirmação dos direitos humanos no plano jurídico, político, social e cultural quanto para a sua garantia, no presente e no futuro<sup>3</sup>.

Partindo destas premissas, este artigo tem por objetivo analisar as relações existentes entre direito e imaginação, a partir de uma abordagem dialógica do direito, com aportes na teoria do direito, na teoria do conhecimento, na filosofia e sociologia. Para tanto, o artigo divide-se em três tópicos: (i) Sobre a imaginação e conhecimento; (ii) A razão jurídica na modernidade; (iii) A relação entre o direito e a imaginação.

## Sobre a imaginação e conhecimento

Numa perspectiva histórica, o conhecimento foi o objeto de estudo de diversos pensadores e teóricos, que tentaram entender esse acontecimento, seus pressupostos e estruturação. Ao longo da modernidade, a epistemologia nasceu dotada de cientificidade como teoria do conhecimento, sendo esta uma forma de compreender o processo de entendimento, de apreensão do conhecimento. Nesse contexto, a compreensão contemporânea da epistemologia argumenta que existem diversas formas de conhecimento: sensação, percepção,

<sup>3</sup> Não será objeto deste estudo a análise dos processos de positivação dos direitos humanos, e suas expansões e retrações; para aprofundamentos, consultar Melo (2014, 2011, 2010) e Burckhart (2016).

memória, linguagem, raciocínio, intuição intelectual e imaginação. Cada forma de conhecer possui sua especificidade e complexidade, além de uma vinculação com as formas de pensamento “verdadeiras”.

A imaginação pode ser compreendida como uma dimensão da consciência que se relaciona com o ausente e com o inexistente, sendo capaz de produzir aquilo que materialmente ainda é irreal (Chauí, 1995, p. 133). Nas palavras de Chauí (1995, p. 131); “a imaginação se apresenta como capacidade para elaborar mentalmente alguma coisa possível, algo que não existiu, mas poderia ter existido, ou que não existe, mas poderá vir a existir”. Essa atividade produz aquilo que se pode chamar de consciência imaginativa, uma consciência de fazer surgir objetos imaginários ou objetos-em-imagem, podendo ser tanto reprodutora de algo já existente como impulsionadora daquilo que não existe e tem a possibilidade de vir a existir.

O ato de imaginar está particularmente relacionado com imagens. Para explicar a imaginação, Sartre descreve uma situação de existência, qual seja, uma folha em branco colocada sobre a mesa. Enquanto apenas existe e é constatada pelos seus olhos, a folha apenas é para si, existe como coisa, como forma inerte que está aquém de todas as espontaneidades. A partir do momento em que se olha para outra direção, a folha deixa de ser para si, mas é possível imaginar sua cor, sua forma e sua posição. A existência deixa de ser-em-si e passa a ser-em-imagem; ela existe de outro modo na sua essência. Assim, “o reconhecimento da imagem como tal é um dado imediato do senso íntimo”, da capacidade de cada pessoa de imaginar (Sartre, 2008, p. 7-8).

Para Sartre, a existência de fato é diferente da existência em imagem, e é a partir dessa distinção que nasce a dimensão da imaginação. Imaginar seria a capacidade de projetar a existência em imagem no plano da consciência. Assim, a imagem assume o caráter de imprescindibilidade para a atividade imaginativa, pois é a partir dela que a imaginação se desenvolve na sua vertente reprodutora. Já na sua vertente evocadora, a imaginação tem a capacidade de presentificar o ausente da mesma forma que na sua vertente irrealizadora torna ausente o presente e nos coloca vivendo numa outra realidade que é somente nossa.

Nesse sentido, seguindo o pensamento de Chauí, a imaginação também possui uma vertente fabuladora e criadora. A vertente fabuladora, de caráter social ou coletivo, cria os mitos e as lendas pelos quais uma

sociedade, um grupo social ou uma comunidade imaginam sua própria origem e a de todas as coisas, oferecendo uma explicação sobre o seu presente e sobretudo para a morte. A vertente criadora é a que inventa ou cria o novo nas artes, ciências técnicas e na filosofia, combina-se com elementos afetivos e culturais que preparam as condições para que algo novo seja criado e que só existia, primeiro, como imagem prospectiva ou como uma possibilidade aberta (Chauí, 1995, p. 135).

A imaginação distingue-se da percepção e da memória. A percepção “é um conceito que ora pende mais para o sensível, ora mais para o intelectual. Assim como aparece ligada às noções de sensação, sensibilidade ou intuição sensível, o conceito também envolve o campo das ideias e da intuição intelectual” (Saes, 2010, p. 9). Para Aristóteles, perceber é acolher e assimilar a forma sensível dos objetos e, a partir disso, identificá-los pelos sentidos. Esse conceito foi revisado por uma série de teóricos, como Kant, Hume, Merleau-Ponty, Wittgenstein, dentre outros, passando por câmbios de sentido até chegar à concepção atual de percepção. Hodiernamente, pode-se dizer que a percepção é uma relação do sujeito cognoscente com o mundo exterior, sendo uma forma de ter ideias sensíveis ou significações perceptivas.

Já a memória pode ser entendida como uma forma de relacionar-se com o passado, sendo a capacidade humana de guardar os fatos que já aconteceram. A memória constitui aquilo que Nietzsche (1983, p. 58-59) chama de “homens históricos”, ou seja, pessoas que vivem o contemporâneo a partir de suas experiências pretéritas. Nesse sentido, pelo fato de sermos seres capazes de guardar pensamentos e fatos conscientemente, somos capazes de construir nossa identidade<sup>4</sup>. A identidade só se constitui a partir desse elemento imprescindível, que permite conhecer a si mesmo e ao outro, sem o qual jamais seria possível.

Percepção, memória e imaginação são, portanto, processos que se interligam, mas se trata de fenômenos distintos.

O pensamento moderno foi marcado por dicotomias no modo de pensar, uma razão dual que nasce a partir do encontro com o “outro”, diferente<sup>5</sup>, constituindo separações entre, por exemplo, natureza e cultura, homem e mulher, bem e mal, belo e feio, razão e emoção, ética e estética, ciência e arte. Em razão disso, a epistemologia foi relegada ao estudo da ciência, como uma teoria geral do conhecimento científico, ao passo que o conhecimento sensível, as artes e expressividades

<sup>4</sup> Para aprofundamentos, ver Hall (2003).

<sup>5</sup> Sobre este encontro, ver Todorov (2007) e Dussel (1994).

ficaram relegados a outro plano, dito “não científico” e, portanto, não crível, nem constatável ou verdadeiro.

Dessa forma, do ponto de vista da teoria do conhecimento, em relação ao pensamento moderno a imaginação possuiu – e, para alguns teóricos, ainda possui – duas faces: a de auxiliar precioso para o conhecimento da verdade e a de perigo imenso para o conhecimento verdadeiro (Chauí, 1995, p. 135). Nesses sentidos, a imaginação é algo essencial para a ciência, pois é ela que orienta e amplia o pensamento, como afirma Chauí (1995, p. 135):

Quando lemos relatos dos cientistas sobre suas pesquisas e investigações, com frequência eles se referem aos momentos em que tiveram que imaginar, isto é, criar pelo pensamento a imagem total ou completa do fenômeno pesquisado para, graças a ela, orientar os detalhes e pormenores da pesquisa concreta que realizavam.

Além disso, como dimensão do irreal, a imaginação é a potência para estabelecer novos paradigmas nos diversos campos do conhecimento.

A imaginação é um dos elementos que constitui os seres humanos enquanto pertencentes à categoria de *homo sapiens sapiens*. A capacidade de pensar é moldurada pela imaginação que constitui a potência e o espaço do infinito. Trata-se de potência em razão de maximizar a capacidade criativa, e é infinita em virtude de não ter limites, sempre podendo expandir-se. A partir disso, a imaginação potencializa a ação humana, bem como a emoção e a reflexão, que, segundo Tiburi (2014), são os três vazios de nosso tempo. Sua interferência no plano da prática conduz à sua potência também de modificar a dimensão da condição humana, elaborando novos sentidos para a vida e para a convivência cotidiana. Sem consciência e imaginação, o ser humano não seria o ser humano, mas um ser muito diferente, pois é a imaginação que nos possibilita ser quem somos e nos reconhecemos como tais.

## A razão jurídica na modernidade

O que se convencionou chamar de modernidade traz em seu bojo algumas das maiores contradições da história da humanidade. Isso porque nenhum outro período histórico viveu transformações tão profundas e tão aceleradas do ponto de vista científico, tecnológico e produtivo, mas ao mesmo tempo é neste período his-

tórico que a espécie humana sofreu e tem sofrido suas maiores agressões<sup>6</sup>.

Ao longo da modernidade, o direito projetou-se em um primeiro sentido como proposta de racionalização tanto do poder político-estatal quanto da dinâmica social. Esse processo, que teve no constitucionalismo seu movimento corolário, também resultou na garantia formal de uma série de direitos à pessoa humana previstos nos textos constitucionais e nas declarações de direitos<sup>7</sup>. Nesse sentido, o movimento do positivismo no direito foi o auge do processo de racionalização, compreendido como uma “vontade de racionalização” nas diversas áreas do direito, que passou a ser compreendido como “direito positivo”. A ciência jurídica passou a ter por objeto única e somente os textos e normas jurídicas e a jurisprudência, sem interferências externas, “purificando-se” das influências da filosofia, da sociologia ou da ciência política<sup>8</sup>.

Para compreender a afirmação do direito moderno como “direito positivo” e a dificuldade em aceitar este reducionismo nos estudos jurídicos, é necessário compreender o embate entre a perspectiva jusnaturalista e a juspositivista no/do direito.

Pode-se afirmar com René David que a eclosão do direito romano-germânico nos séculos XVII e XVIII foi impulsionada por uma perspectiva jusnaturalista do direito, calcada numa ideia transcendental de autoridade soberana. O jusnaturalismo, para o autor, renovou, então, o direito nos seus próprios métodos, pelas suas tendências axiomáticas e pelo apelo que fazia à legislação, exigindo que as regras do direito romano fossem recebidas e aplicadas somente após rigoroso exame: “quando não fossem contrárias à razão, à justiça, aos sentimentos e necessidades da sociedade” (David, 2002, p. 46-47). O jusnaturalismo, portanto, coloca a legitimação do direito numa dimensão mais ampla, do mesmo modo que amplia o seu objeto, relacionando-o com as ideias de justiça.

O juspositivismo passa a sustentar-se metodológica e cientificamente a partir do século XIX. Entre seus êxitos, observa René David, estaria a codificação, que “é a técnica que vai permitir a realização da ambição da escola do direito natural, expondo de modo metódico, longe do caos das compilações de Justiniano, o direito que convém à sociedade moderna e que deve, por consequência, ser aplicado pelos tribunais” (David, 2002, p. 65-67). No entanto, esse mesmo processo de codificação causou consequências desastrosas, que culmina-

<sup>6</sup> A propósito e para aprofundamentos, ver Melo (2014).

<sup>7</sup> Para aprofundamentos, ver Canotilho (1995); Melo (2010) e Burckhart (2016).

<sup>8</sup> Neste sentido, a obra clássica de Kelsen (2009).

ção no positivismo legislativo e no nacionalismo jurídico. Na passagem do impulso jusnaturalista à afirmação do juspositivismo, buscou-se “a perfeição da razão, para apenas considerar os códigos civis, perdeu-se de vista a tradição das universidades, que era a de orientar a procura do direito justo, de propor um direito modelo e não de expor ou de comentar o direito dos práticos desse ou daquele país ou região” (David, 2002, p. 67-68).

Essa dicotomia, entretanto, foi aparentemente superada a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com o aperfeiçoamento de uma jurisdição internacional dos direitos humanos e do constitucionalismo democrático e social<sup>9</sup>, no diálogo entre os planos constitucional e internacional para a proteção dos direitos humanos<sup>10</sup>, que permitiram uma maior inserção e entrelaçamento entre ética, justiça social e direito e sua irradiação no sistema jurídico dos países ocidentais<sup>11</sup>. Nesse sentido, a abordagem hodierna, que muitos teóricos chamam de pós-moderna (apesar de este conceito ser de uso problemático sobretudo no contexto periférico), e outros chamam de pós-positivista (esta também uma definição problemática por poder levar a confundir a superação do “positivismo jurídico” com a falta de “positividade da Constituição e do direito”, com o risco de aproximar o “neoconstitucionalismo” a uma espécie de moralismo jurídico), compreende, ou deveria compreender, um novo paradigma do direito.

Com efeito, seguindo as análises de Santos (1999), é possível observar que vive-se, desde o final do século passado, uma “crise paradigmática”, marcada por um período de transição entre aquilo que se convencionou chamar de modernidade e uma nova era. É neste sentido que o autor usa o conceito de *pós-modernidade*, que abre o caminho para o paradigma emergente.

O paradigma da modernidade, na concepção de Boaventura, é marcado por uma dicotomia entre o pilar da emancipação e o da regulação, que convivem, ou deveriam conviver, em tensão dialética. No campo da regulação estão o Estado, o Mercado e a Sociedade. O pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: (i) estético-expressiva, das artes e literatura; (ii) moral-prática, da ética e do direito; (iii) cognitivo-instrumental, da ciência e da técnica (Santos, 1999, p. 76-80). Ocorre que a pretensa dialética foi substituída pela sobreposição e colonização entre os pilares e suas lógicas de sustentação. O entrelaçamento da moderni-

dade com o projeto do capitalismo fez com que o pilar da regulação se sobrepusesse ao pilar da emancipação. Desse modo,

[...] a complexa matriz de energias regulatórias e das energias emancipatórias inscrita na modernidade ocidental foi sendo reduzida, à medida que esta convergiu com o desenvolvimento capitalista, a dois grandes instrumentos de racionalização da vida coletiva, a ciência moderna e o direito moderno (Santos, 2002, p. 42-43).

Nesse sentido, sob o ponto de vista sociológico de Santos, o direito viveu ao longo da modernidade – e ainda vive nos dias atuais – num paradigma marcado por uma razão indolente. Esse paradigma coloca-se como uma experiência limitada, tão limitada quanto a experiência do mundo que ela procura fundar (Santos, 2002). A limitação se dá justamente no seu objetivo de fundar uma plataforma calcada na construção de uma ordem que vise ao progresso social única e somente a partir dos olhares do capitalismo e, assim, tolhe, por um lado, as promessas emanadas pelo projeto da modernidade, ao mesmo tempo que, por outro lado, suas pretensões se agigantam.

O direito e a ciência foram concebidos no início da modernidade como sendo parte do paradigma da emancipação, como racionalidades concernidas com a emancipação humana. Ocorre que a supremacia do capitalismo não somente enquanto sistema de produção, mas também como sistema político, social e cultural, instrumentalizou o direito aos seus interesses e prioridades, ao passo que a dimensão emancipatória do direito ficou circunscrita em grande medida somente ao plano formal. Esta é, portanto, uma das contradições da razão jurídica moderna, que em grande escala legitimou o triunfo do capitalismo, cooptando adesões a partir do momento em que permitiu uma singela emancipação social: uma efêmera emancipação, instrumental ao fortalecimento do sistema que a coloniza.

A partir disso, pode-se dizer que também o direito ao longo da modernidade se caracteriza por contradições, paradoxos e ambivalências. Se, por um lado, serviu de aspiração para a emancipação por meio de uma série de documentos, leis, constituições formalmente democráticas e declarações de direitos, por outro, serviu de instrumento legitimador do poder das elites políticas e econômicas, como uma forma de per-

<sup>9</sup> O modelo constitucional, que nasce com a constituição italiana de 1948 e a Lei Fundamental alemã de 1949, e que recentemente passou a ser chamado no Brasil de “neconstitucionalismo”. A propósito, ver Barroso (2007).

<sup>10</sup> Na segunda metade do século passado, com a paulatina constitucionalização dos direitos humanos e internacionalização do direito constitucional.

<sup>11</sup> Para aprofundamentos, ver: Barroso (2001) e Melo (1994).



petuação da racionalidade instrumental. Se, por um lado, reconheceu uma série de direitos considerados fundamentais para a dignidade e o desenvolvimento humano – como a liberdade, a igualdade, os direitos políticos e seus respectivos desdobramentos –, por outro, legitimou relações socioeconômicas de desigualdade, que impediram o acesso aos bens juridicamente tutelados por grande parte da população.

Os desafios da “ordem moderna” mantêm-se os mesmos na ordem que Boaventura de Sousa Santos chama de “pós-moderna”, apesar dos valiosos avanços positivos (formalizações) que foram conquistados no campo jurídico e seu relativo impacto social, político e econômico nas últimas décadas.

Esses desafios, que crescem em complexidade e relevância no mundo hodierno, com a hegemonia das regras da economia financeira, seus déficits democráticos, as ondas migratórias induzidas e as novas emergências colocadas para a sustentabilidade socioambiental, conformam para a proteção dos direitos humanos um contexto problemático nos diferentes níveis, do global ao local nas suas especificidades, e nos colocam diante de diversas propostas e realidades possíveis (trágicas ou virtuosas), que em seu bojo trazem a necessidade de reacender o espírito criativo e com ele a dimensão utópica, imaginativa e emancipadora da condição humana, por meio do direito e da política, calcadas na cidadania ativa e na solidariedade socioambiental, capaz de ressignificar no campo da práxis a potencialidade do direito e dos direitos.

Esse projeto de superação de uma racionalidade instrumental implica a repolitização da sociedade. O campo político necessita ser ressignificado à medida que reconhece e abre espaço para novos sujeitos e novas reivindicações e também atua para a efetivação dos direitos já reconhecidos. Esse processo também pode contribuir para fazer valer o caráter transformador do direito em sua *práxis*, de modo que sua apreensão não se restrinja somente aos textos normativos e à atuação dos tribunais. Não se pode esquecer que o direito é uma ciência de textos e contextos; é na relação entre “ser” e “dever ser” que se encontra o “vir a ser” dos direitos, da sociedade, da vida em comum. Esta relação pode se dar em termos de regulação ou emancipação (para continuar a usar os conceitos de Boaventura de Sousa Santos), mas será sempre uma relação de con-

dicionamento, mais ou menos, recíproco. E é também neste sentido que se pode compreender o direito como um produto político e cultural, pois a política e a cultura acompanham o processo de criação do direito, no percurso que vai da identificação de uma necessidade concreta ou um interesse à positivação de um direito, do texto jurídico à norma e da norma à efetivação de um direito, com o efetivo acesso ao bem tutelado.

Tomando em consideração as observações de Flores (2005) e a afirmação de que os direitos humanos são produtos culturais, pode-se concluir juntamente com Bauman (2013) que há a necessidade de se atuar uma “revolução cultural” para que diversos componentes da cultura contemporânea, “adaptada às pressões e seduições do mercado”, sejam superados<sup>12</sup>. Essa revolução, em sua concepção, deveria vir acompanhada pelo papel da educação humanista e ecológica, nas diferentes sociedades. Cabe ressaltar que a arte é também um grandioso componente nessa proposta, pois ela nos permite transcender o ‘real’ cotidiano e, assim, questionar diversos pressupostos que fundam e constituem a(s) ‘realidade’(s), ao mesmo tempo que nos permite projetá-la(s) em modo(s) diferente(s).

## A relação entre o direito e a imaginação

Quando se pensa na imaginação e na sua dimensão emancipatória, ressoam na memória os versos de John Lennon que inspiraram gerações, projetando imagens de um outro mundo possível: “[...] *Imagine no possessions. I wonder if you can. No need for greed or hunger. A brotherhood of man. Imagine all the people sharing all the world [...]*”. Estes versos de Lennon convidam a imaginar uma nova possibilidade de convivência, onde não haja ganância e fome, onde todos possam compartilhar o mundo em harmonia. A famosa canção de Lennon invita em cada verso a refletir e imaginar, e ainda chama o ouvinte, num ato ético e político, a se juntar a esse movimento de sonhadores, para que o mundo seja como um só, uma comum-unidade. A proposta, portanto, vai além da mera abstração e se coloca no campo da construção de um novo horizonte ético que preencha o vazio e a pobreza poética que assombra nosso tempo. Ao mesmo tempo recorda que da imaginação se deve

<sup>12</sup> Bauman afirma, seguindo George Steiner, que atualmente vivemos numa espécie de “cultura do cassino”, onde cada produto cultural é calculado para o máximo impacto e a obsolescência instantânea, no sentido de dispersar, eliminar e descartar os produtos culturais de ontem, e, ao mesmo tempo, reduzir a distância entre a novidade e a lata de lixo com produtos culturais destinados a não abusar da hospitalidade, prontos a logo deixar o palco para abrir espaço aos novos produtos de amanhã. Assim, o mercado de consumo se adapta à ‘cultura de cassino’ líquido-moderna, a qual, por sua vez, submete-se às pressões e seduições desse mercado (Bauman, 2013). A análise de Bauman aproxima-se das observações propostas por Debord (1992).

passar à práxis política: imaginar, compartilhar, cooperar, realizar, transformar. Trata-se da imaginação na sua dimensão prospectiva, na qual ganha corpo a tarefa de imaginar novas perspectivas e novas práticas individuais e coletivas.

A relação entre imaginação e direito corre nesta mesma esteira. De fato, o pensamento dual moderno fez com que razão e emoção fossem apartadas e tratadas como coisas distintas. A razão pertence aos homens e é o único caminho para o progresso<sup>13</sup>, ao passo que a emoção pertence ao campo da natureza e dos instintos (do “feminino por excelência”) e, portanto, deve ser controlada a todo custo. Esse embate percorre o mesmo sentido da separação entre ética e estética.

Hermann (2005, p. 12-14) observa essa problemática a partir de elementos históricos e demonstra que a dialética inerente a essa dicotomia acompanha o desenvolvimento do pensamento moderno, de modo que em tempos pendeu para o lado da ética e em outros pendeu para o lado da estética. Nesta perspectiva, Hermann questiona essa separação, advogando pela superação dos limites das justificações exclusivamente racionais e convidando a compreender que a estética não é o oposto da ética. Isso implica compreender como o sensível, envolvendo todo o sujeito, pode gerar formas de sensibilidade e uma profunda inserção na totalidade da vida. O estético, ao trazer a interpretação da vida, gera novos modos de integração ética (Hermann, 2005, p. 13-14). Isso acarreta a reformulação do campo prático e dos costumes, da moral, e demonstra precisamente que as justificações metafísicas dos pensadores modernos serviam como parte do domínio do sistema de organização da “ordem” e de suas ideias e imagens de “progresso”.

Diante da perda dos ideais da civilização ocidental e dos seus modelos de legitimação e de suporte axiológico, Lyotard (1993) observa a emergência da estética em um modelo de civilização abandonada por seus ideais que cultivava o prazer de representá-los. Neste cenário, as palavras encenação, espetacularização, mediatização, simulação, hegemonia dos artefatos, mimese generalizada, hedonismo, narcisismo, auto-referencialismo, autoafecção, autoconstrução, passam a caracterizar a realidade. Esse movimento de “esteticização” marca o mundo ocidental contemporâneo, onde se observa a clara substituição da ética pela estética. Contudo, isso não representa uma resignificação da totalidade da vida sensível, de como o mundo atinge suas sensações, mas

uma subordinação aos ditames estéticos do poder capitalista<sup>14</sup> e de seus padrões de consumo; desvirtua-se, assim, o sentido da própria estética.

Nesta perspectiva, a relação entre a imaginação e o direito perpassa a relação entre a(s) arte(s) e a(s) ciência(s), abrindo espaço para a(s) subjetividade(s), ocultada(s), negligenciada(s), subestimada(s) pela “neutralidade” científica (especialmente nas ciências sociais e em particular no estudo e atuação do direito) e pelo excessivo esforço de racionalização, regulação e “normalização” das relações e dos sujeitos.

Como observa Hermann (2005, p. 29),

O caráter sempre dinâmico e imprevisível da criação artística e a experiência estética ultrapassam as questões de banalização cultural, e a arte é o refúgio para sustentar a subjetividade contra as forças objetivas massificadoras. A arte sempre tem um momento utópico, uma vez que a presença da obra de arte traz consigo a possibilidade do não-existente, transcende os antagonismos da vida cotidiana, emancipa a racionalidade do confinamento empírico imediato.

A relação entre o direito e a imaginação também se insere no contexto da resignificação da estética e da ética a partir da consciência imaginativa. Na dicotomia entre ética e estética incorre a mesma arrogância reducionista da dicotomia que se impõe entre o direito e a imaginação, pois que, afirmam os defensores do pensamento dual, fazem parte de duas plataformas diferentes de racionalidade. No entanto, cabe reforçar a ideia de que o direito somente é possível e partir da imaginação. Cabe à imaginação conceber os delineamentos de uma sociedade mais justa, igual, livre e solidária, sendo o direito um espaço protagonista (mas não o único, nem o melhor) deste processo. Tanto o plano da reivindicação quanto o plano da efetivação dos direitos, passando também pela análise formal do texto e a criação da norma de decisão, são permeados pela atitude imaginativa (não por acaso Kelsen falava da “moldura” da norma).

Para romper com os paradigmas dualísticos da modernidade, para dar efetividade às promessas não cumpridas da modernidade, e para questionar as suas premissas não consideradas, para imaginar e apostar em novas formas de relação da sociedade com os direitos, é necessário abrir o espaço para a imaginação. É somente a partir da imaginação que poderemos superar as contradições da modernidade e dar vida a uma série de direitos ainda não reconhecidos ou não efetivados.

<sup>13</sup> Para uma análise crítica dos efeitos desse pensamento, ver: Adorno e Horkheimer (1985).

<sup>14</sup> Para análise desse processo e aprofundamentos, consultar: Tiburi (2014).

A imaginação é a potência do direito, pois o direito só pode ser potente na e a partir da humanidade, já que somos os criadores e destinatários das nossas invenções.

Para aguçar a consciência jurídica imaginativa, que seja comprometida com (i) a efetivação de direitos humanos, (ii) o reconhecimento de novos direitos e (iii) a construção de uma nova ética intercultural e ecológica voltada à proteção dos bens comuns, torna-se necessário acercar o direito da arte. Já dizia Adorno que a arte é “a antítese social da sociedade”, isto é, algo que nos permite projetar e refletir para fora do que somos, e, dessa forma, olharmos e analisarmos a nós mesmos. Esse processo é retroalimentativo, tendo em vista que é esse mesmo processo que dá vida a novas perspectivas artísticas, éticas e políticas. Assim, a potência potencializa a potência.

Direito e imaginação, portanto, não são objetos díspares, ininteligíveis e não relacionáveis. Muito pelo contrário. Como foi visto, a imaginação é aquilo que dá – e deu – sentido ao direito, de modo que a intersecção entre esses dois fenômenos é viva, contínua e evidente. Assim sendo, volta-se aos versos de John Lennon onde ele chama a humanidade para fazer parte do movimento reflexivo. Trata-se de uma tarefa desafiadora num contexto de vazio imaginativo, mas se coloca não somente como um ato político – como o é, e deve ser –, mas sobretudo como um ato de amor e solidariedade, pela e para a humanidade.

## Considerações finais

Numa perspectiva ampla, pode-se dizer que o conhecimento compreende uma série de acontecimentos, desde a simples percepção até o conhecimento racional, estruturado, complexo e reflexivo, perpassando pela imaginação. A imaginação é também uma forma de conhecer, que pode servir como forma de ampliação e refutação do próprio conhecimento. A imaginação também pode assumir diversas conotações, tanto como reprodutora de imagens, quanto como impulsionadora da criação de novas realidades. Essa última dimensão, à qual se procurou dar maior atenção neste artigo, é a dimensão prospectiva, que trata da potência de imaginar novas possibilidades de convivência e ressignificar a dimensão da vida. Algo fundamental para a proteção dos direitos humanos no mundo de hoje.

Nesse contexto, a imaginação é um dos elementos que constituiu os seres humanos enquanto seres humanos e sujeitos, capazes de interferir diretamente na dimensão da vida individual e coletiva, e, portanto, é uma característica constitutiva da condição humana, da huma-

nidade em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, é a imaginação que nos permite conceber a “boa vida em comum” e as projeções simbólicas da política e do direito.

O direito moderno se desenvolveu a partir de intrínsecas e inúmeras contradições. A sua dimensão emancipatória foi inscrita no campo do “dever-ser”, no plano das conquistas formais, muitas das quais concernentes às promessas não cumpridas da modernidade, pois em poucos momentos desse tempo foi possível transpor o potencial emancipatório do direito e dos direitos humanos para o campo do ser, do mundo da vida, da realidade concreta. Marcado por uma razão dual, o direito moderno viu-se encurralado no embate entre jusnaturalismo e juspositivismo, embate este aparentemente superado a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com o vicejar do constitucionalismo democrático e social e do sistema internacional dos direitos humanos que propiciaram uma reaproximação entre o direito e a ética. Apesar das grandes conquistas formais e materiais possíveis no campo jurídico, social, político e cultural nas últimas décadas (em alguns países do ocidente), a contradição inerente ao direito moderno ainda permanece como parte de sua constituição, seja no que tange à violência inerente ao pacto da modernidade (que incluiu alguns sujeitos em detrimento de outros, sendo, de fato, ainda hoje, em muitas realidades do mundo, um direito para homens, brancos e proprietários), seja no que tange aos seus entrelaçamentos com o sistema capitalista, seja no que concerne à necessidade de colmar a distância entre forma e realidade, entre o plano do “dever-ser” e o plano do “ser”. Conhecer e reconhecer as idiosincrasias do direito moderno e retomar a sua dimensão emancipatória e humanista, acrescentando a este desenho os desafios colocados pela intensificação das relações interculturais e as novas emergências para a sustentabilidade socioambiental, no nosso planeta e na nossa comunidade local, faz parte da ideação de uma revolução cultural (uma subversão da cultura individualista e massiva adaptada às pressões e sedução dos mercados, como observado com Bauman), uma necessária reconstrução que seja capaz de dar novo sentido para a práxis do direito (e especialmente dos direitos humanos) no campo jurídico, político e ético para a convivência solidária na comum-idade humana.

Assim, repensar e imaginar de forma diferente a relação entre o direito e a imaginação é o caminho para projetar novas sociabilidades, uma nova relação entre a sociedade e o direito, entre direito e direitos, entre as pessoas, entre os grupos e entre estes e a natureza. O direito pode ser compreendido como arte, ciência ou prudência; todas estas dimensões necessitam da po-



tência das ideias, das ações e das imagens que a humanidade é capaz de produzir. A lógica jurídica não pode se manter à margem das potencialidades humanas, especialmente no mundo atual onde os velhos problemas para a proteção dos direitos humanos assumem uma dimensão ainda mais complexa e os novos se apresentam inusitados também em suas proporções. Neste cenário, direito e imaginação não podem ser considerados planos díspares e incomunicáveis. Muito pelo contrário, incumbe traçar percursos de interação, profícua e necessária, ao fim de colmar o vazio imaginativo. Esse projeto impele a revisitar o campo estético, a arte e a cultura, que dão o impulso para a imaginação criativa. Pensar em novos instrumentos, formas e políticas de efetivação dos direitos, especialmente dos direitos humanos e fundamentais, e imaginar um mundo de liberdade, igualdade, solidariedade, paz, justiça social, sustentabilidade ambiental, dando novos significados a estas ideias, atualizando-as e atuando-as de forma crítica e criativa é o grande desafio da humanidade hoje. *You may say I'm a dreamer, but I'm not the only one.*

## Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. 1985. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 120 p.
- BARROSO, L.R. 2001. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista de Direito Administrativo*, **225**:5-37.
- BARROSO, L.R. 2007. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In: D.A.M. SARMENTO; C.P. SOUZA NETO (coord.), *A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, p. 203-249.
- BAUMAN, Z. 2013. *Sobre educação e juventude: Conversas com Riccardo Mazzer*. Rio de Janeiro, Zahar, 131 p.
- BURCKHART, T. 2016. *O que são os Direitos Humanos*. Curitiba, Editora Prismas, 106 p.
- CANOTILHO, J.J.G. 1995. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 6ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1.255 p.
- CHAUÍ, M. 1995. *Convite à filosofia*. 4ª ed., São Paulo, Editora Ática, 440 p.
- DAVID, R. 2002. *Os grandes sistemas do Direito contemporâneo*. São Paulo, Martins Fontes, 687 p.
- DEBORD, G. 1992. *La Société du Spectacle*. Paris, Gallimard, 224 p.
- DURKHEIM, É. 2011. *Las reglas del método sociológico*. Buenos Aires, Grafico, 191 p.
- DUSSEL, E. 1994. *El encubrimiento del Otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz, CLACSO, 186 p.
- FLORES, J.H. 2005. *Los derechos humanos como productos culturales: crítica del humanismo abstracto*. Madrid, Catarata, 296 p.
- HALL, S. 2003. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed., São Paulo, D&PA Editora, 97 p.
- HERMANN, N. 2005. *Ética e estética: a relação quase esquecida*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 84 p.
- KELSEN, H. 2009. *Teoria pura do Direito*. 8ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 271 p.
- LYOTARD, J.F. 1993. *Moralités postmodernes*. Paris, Galilée, 211 p.
- MELO, M.P. 2014. Modernidade jurídica: do direito natural aos direitos humanos e fundamentais. *Revista Jurídica FURB*, **18**(37):21-36.
- MELO, M.P. 2011. Cultural Heritage preservation and environmental sustainability: sustainable development, human rights and citizenship. In: K. MATHIS (ed.), *Efficiency, Sustainability, and Justice to Future Generations*. Heidelberg/London/New York, Springer, p. 138-161.
- MELO, M.P. 2010. Direitos humanos e cidadania. In: G. LUNARDI; M. SECCO (org.) *A fundamentação filosófica dos direitos humanos*. Florianópolis, Editora da UFSC, p. 175-217.
- MELO, O.F. 1994. *Fundamentos da Política Jurídica*. Porto Alegre, Fabris Editora, 122 p.
- NIETZSCHE, F. 1983. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: *Obras Incompletas*. 3ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 464 p.
- SAES, S.F.A. 2010. *Percepção e Imaginação*. São Paulo, Martins Fontes, 37 p.
- SANTOS, B.S. 2002. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4ª ed., São Paulo, Cortez Editora, 415 p.
- SANTOS, B.S. 1999. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed., Porto, Edições Afrontamentos, 299 p.
- SARTRE, J.P. 2008. *A imaginação*. Porto Alegre, L&PM, 143 p.
- TIBURI, M. 2014. *Filosofia prática: ética, vida cotidiana, vida virtual*. Rio de Janeiro, Record, 319 p.
- TODOROV, T. 2007. *La conquista de América: el problema del otro*. México, Siglo XXI, 330 p.

Submetido: 10/10/2016

Aceito: 16/11/2016